

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE DURANTE O PERÍODO DE 2010 A 2020.

FRANCIELI DO ROCIO DE CAMPOS¹
MARILIA PATTÀ RAMOS²

RESUMO

Esse trabalho faz parte da revisão bibliográfica desenvolvida na tese no ano de 2023, com o objetivo de apresentar os elementos teóricos que nortearam a pesquisa sobre políticas públicas no combate à fome durante o período de 2010 a 2020. A relação entre prática e necessidades atendidas pelas políticas públicas de combate à fome pode ser compreendida a partir de duas perspectivas. A primeira envolve encontrar seu significado econômico, político, ideológico e a especificidade dessas relações em sociedades concretas. A segunda diz respeito à capacidade de as práticas modificarem condições específicas, ou seja, refere-se a discussões sobre suas características e efeitos de combate à fome, ao atender ou não às necessidades de populações específicas. Deste último ponto de vista, o tema da avaliação ganha relevância, por um lado, associado à possibilidade e à necessidade de intervenções capazes de modificar determinadas condições e,

¹ Doutora em Políticas Públicas. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – PR.

² PhD. Em Sociologia. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS.

por outro lado, dado que a verificação das dificuldades enfrentadas em muitos outros contextos aborda a mudança dos desfechos que envolvem a política pública. Nessa abordagem, aparecem questões relacionadas aos custos dos alimentos, à desigualdade social e econômica, bem como ao acesso a bens e serviços públicos, ao bem-estar social, à cultura, à sustentabilidade, ao meio ambiente e à saúde pública.

Palavras-chave

Políticas públicas; Fome; América Latina e Caribe.

ABSTRACT

This work is part of the bibliographic review developed in the thesis in 2023, with the objective of presenting the theoretical elements that guided the research on public policies to combat hunger during the period from 2010 to 2020. The relationship between practice and needs met by public policies to combat hunger can be understood from two perspectives. The first involves finding their economic, political, and ideological meaning and the specificity of these relationships in specific societies. The second concerns the capacity of practices to modify specific conditions, that is, it refers to discussions about their characteristics and effects in combating hunger, whether or not they meet the needs of specific populations. From this last point of view, the theme of the evaluation gains relevance, on the one hand, associated with the possibility and need for interventions capable of modifying certain conditions and, on the other hand, given that the verification of the difficulties faced in many other contexts addresses the change in the outcomes involving public policy. In this approach, issues related to food costs, social and economic inequality, as well as access to public goods and services, social well-being, culture, sustainability, the environment and public health appear.

KEYWORDS

Public policies; Hunger; Latin America and the Caribbean.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho procura-se explorar a inserção e evolução da temática fome, seu combate por parte das instituições através da implementação das intervenções na América Latina e no Caribe. Com a pesquisa visa abordar as explicações apresentadas na literatura sobre as ações, bem como, buscar alguns conceitos sobre a fome nas áreas de ciências sociais de conhecimento, para enfim adentrar no terreno das políticas de combate à fome disponíveis na literatura científica, e apresentar as intervenções implementadas pelos países da América Latina e do Caribe.

No contexto teórico, a terminologia e os conceitos usados para analisar os eventos que envolve a fome, ao mesmo tempo, se desenvolveram ativamente nas últimas décadas. Durante grande parte do século XX, o alcance e as perspectivas da fome foram discutidos tanto na imprensa quanto na literatura de desenvolvimento ou publicações acadêmicas.

A disseminação da pesquisa sobre a ação do Estado se tornou uma corrente das ciências sociais. A partir disso podem ser citadas algumas experiências de governos implementando políticas e programas voltados para a erradicação da fome na população em diferentes esferas municipais, regionais, estaduais e federais. Os episódios historicamente recorrentes de fome se mostraram como problemas crônicos de insegurança alimentar, que está intimamente ligada à pobreza e às desigualdades estruturais nas sociedades. Além disso, o desenvolvimento tecnológico permanece integrado na estrutura de produção e consumo de alimentos, adicionando a cada dia novos riscos e incertezas as “antigas” questões, como preocupações com a higiene e qualidade nutricional dos alimentos e questões relacionadas à preservação e controle de recursos naturais.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, a partir de uma revisão integrativa que compilou estudos baseados em evidências, os quais analisaram os efeitos das intervenções implementadas pelos governos dos países da América Latina e do Caribe no combate à fome, tendo como problema de pesquisa: Como as intervenções do Estado interferiu no combate a fome durante o período de 2010 a 2020?

O combate a fome se tornou um tópico político que foi sendo construído de modo recorrente em vários países, provocando amplo debate no âmbito público e governamental, sobre os objetivos e critérios para o planejamento, construção e implementação das políticas públicas em cada território. Por isso, esse trabalho

se propõe desenvolver o tema voltado ao conjunto de intervenções dos governos relacionadas ao combate à fome, tendo como base, uma revisão bibliográfica que aponta o efeito destas políticas públicas. O autor Chonchol (1987) afirma que a fome sempre existiu nos variados países da América Latina e do Caribe³, como um problema que foi sendo amenizado ao longo da história, mas sobre condições de maior ou menor densidade, juntamente com a pobreza e a desigualdade social.

A FOME, A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

As questões de produtividade interviram em relação à fome, na dinâmica tecno-empresarial criada pela modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, pois o crescimento da população mundial limitou a disponibilidade de alimentos para todas as classes sociais. Nos anos 1970 e 1980, o debate sobre a fome mudou de um plano tradicional de incentivar a produzir mais alimentos, para um problema centrado no acesso a esses, deste ponto de vista, tal situação deveria ser resolvida pela ótica da oferta de alimentos. Embora essa referência tenha perdido força no decorrer da década de 1980, porque havia mantimentos suficientes para atender à demanda mundial, exceto em áreas específicas, como zonas de conflito ou de difícil acesso. Por sua vez, levou aos novos conceitos de vulnerabilidade à insegurança alimentar (FOUILLEUX; BRICAS; ALPHA, 2011).

No início da década de 1990, a América Latina e o Caribe coexistiram com cerca de 68,5 milhões de pessoas padecendo de fome (15,3% da população da região), tendo em vista o seu papel como exportador de alimentos no cenário global (FAO, 2014). Tendo por base esses números, foi realizada a Conferência Internacional sobre Nutrição em 1992, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, seguida quatro anos depois pela Cúpula Mundial da Alimentação (1996). Em ambos os eventos ajudaram a aumentar a conscientização global sobre o problema da fome, e principalmente na Cúpula se reafirmou que todos os indivíduos poderiam usufruir do direito a uma alimentação segura, nutritiva e adequada (FAO, 1996).

³ A Região da América Latina é composta pelos países que contempla a América do Sul; América Central e o México. Entre as definições dos países, essa é a que mais se direciona aos critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No início dos anos 2000, a América Latina e o Caribe começaram a criar um ambiente político, que deixaria uma marca indelével em termos de ações de combate a fome para a década seguinte. Esse quadro surgiu em diferentes graus e configurações na grande maioria dos países latino-americanos e caribenhos, com a institucionalização de medidas e ferramentas neoliberais, por intermédio de acordos ou tratados comerciais e outros instrumentos normativos, medidas e diretrizes gerais. Em meados dos anos 2000, a fome e a insegurança alimentar, embora conceitos relacionados, passaram a orientar políticas públicas em situações diferentes nesses países (GRAZIANO DA SILVA; ORTEGA; FAIGUENBAUM, 2008).

Como um processo de reflexão atento sobre o comportamento das pessoas face às incertezas geradas pela fome, aos fatores irreversíveis e as restrições do processo eleitoral se tornaram pauta na Cúpula do Milênio (2000) e na Cúpula Mundial da Alimentação (2002). Esta última conferiu credibilidade à necessidade de uma coalizão unindo todos os setores governamentais, porque precisavam melhorar o investimento nas políticas públicas na região (SANCHES *et al.*, 2019).

Em 2005, os países da América Latina e Caribe deram um passo decisivo em seus esforços para erradicar a fome ao lançar a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome. O acordo foi inédito no cenário regional e mundial, em que as instituições posicionaram a fome no centro da agenda política, comprometendo-se a erradicá-la definitivamente da região (SANCHES *et al.*, 2019). Contudo, a crise alimentar de 2007-2008 foi responsável por reativar e fortalecer a demanda para a produção agrícola como objetivo de atender muitas políticas alimentares em cenários internacionais (GRISA *et al.*, 2021).

As verdadeiras causas da fome estão enraizadas em fatores sócio-políticos ao nível nacional e internacional. De particular importância são os fatores locais de organização social e política em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que impedem a produção e distribuição equitativa de alimentos (HERRERA *et al.*, 1977). Tal resultado foi o compromisso dos Estados-membros em reduzir pela metade o número de pessoas em situação de fome no mundo até 2015 (FAO, 1996). Este compromisso foi posteriormente refletido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000, em que se estabeleceu no Objetivo 1, como a meta de reduzir o número de pessoas pobres e famintas até 2015 (SANCHES *et al.*, 2019).

A partir desse evento, a terminologia e os conceitos usados para analisar o contexto que envolve a fome se desenvolveram ativamente nas últimas décadas. O alcance e as perspectivas da fome foram discutidos, tanto na imprensa quanto na literatura de desenvolvimento ou publicações acadêmicas, tal assunto passou a ser visto como um problema causado principalmente por fenômenos naturais, especialmente em relação à emergência questões como enchentes e secas, outros assuntos relacionados com países e populações afetadas por doenças crônicas, pobreza e/ou conflitos violentos ou situações semelhantes. A fome assumiu um foco de atenção em relação a desafios como os altos preços dos alimentos nos mercados internacionais, os níveis de desperdício ou a quantidade extra de alimentos que terão de ser produzidos no futuro para eliminar a fome existente e manter as populações livres desse problema. Esse o assunto passou a ser frequente nas discussões sobre os prováveis impactos das mudanças climáticas na agricultura que afetam a alimentação (STEDILE e CARVALHO, 2010; MALETTA, 2014).

Em um mundo onde a comida é abundante, a fome é considerada um escândalo ético e moral. A qual afeta a consciência de todos os sujeitos, além de gerar altos custos econômicos e sociais para a sociedade, porque retarda o desenvolvimento sustentável dos países. Como acontece com qualquer outro problema social sério mal resolvido, as explicações são pobres e os argumentos apresentados são fracos para permanência da fome (MILLÁN SMITMANS, 2014). Esse mesmo flagelo poderia ter acabado quando as principais políticas fossem implementadas de forma eficaz, mas isso exige a mais e melhor ação dos governos e autoridades públicas.

Tal conteúdo levou a uma mudança no escopo da definição da fome sobre as questões de segurança alimentar mundial, de uma abordagem nacional para uma abordagem global (ao mesmo tempo, micro ou individual). O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) usado na América Latina desde os anos noventa se sustenta,

[...] se há segurança alimentar, não pode haver fome, mas o conceito de segurança alimentar é mais amplo do que a simples eliminação permanente da fome. Apesar disso, as análises e políticas a serem aplicadas são de certa forma semelhantes para ambos os conceitos. As ações públicas para acabar com a fome também aumentarão a segurança alimentar (MILLÁN SMITMANS, 2014, p. 111).

O conceito sintetiza um movimento no qual questões centrais relacionadas à alimentação se distanciam do foco no fim da fome, por retornar as discussões de questões mais amplas do direito humano à alimentação saudável, sobre o acesso em quantidade e qualidade à alimentação, bem como, elementos de cidadania e proteção ambiental. O conceito de SAN ganhou uma nova dimensão e foi integrado às políticas públicas de vários países (CHONCHOL, 1987; ALMEIDA FILHO e ORTEGA, 2010; FAO, 2011). A fome se tornou um conceito mais limitado e específico, enquanto a insegurança alimentar passou a atender um conceito mais amplo e abrangente entre as políticas públicas. A Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 em Roma, sob os auspícios da FAO, definiu que a segurança alimentar passa a existir quando os alimentos estão disponíveis para todos os indivíduos em todos os momentos, sem qualquer tipo de limitação para o ser humano.

Magalhães (2014) interliga o conceito da fome com a segurança alimentar, baseado não apenas na disponibilidade, mas na obtenção de alimentos suficientes para manutenção da vida. A dimensão nutricional é trazida para o conceito de fome, diante de um cenário aonde grande parte da população mundial convive na pobreza sob ameaças do crescimento agroindustrial, com o risco de poluição pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e o êxodo de pequenos produtores rurais. Além disso, pode se incluir o princípio da soberania popular sobre decidir o que e como produzir, numa parte do direito humano a alimentação adequada que respeite a diversidade cultural, neste emaranhado de termos tornou-se indissociável do contexto contemporâneo alocado nas intervenções de combate à fome.

Visto que o problema da fome avançou no ano de 2020, isso significa que expirou um terço do prazo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na verdade, se tornou cabível o crescente compromisso com a visão da Fome Zero em toda a região. A Organização das Nações Unidas (ONU) e seus parceiros de desenvolvimento investiram para promover mecanismos, criar ferramentas de monitoramento, promover o diálogo político e a troca de experiências entre os Estados-membros e seus parceiros, criando a Agenda 2030⁴ (GRAZIANO DA SILVA, 2019).

⁴ Desenvolvida a partir da herança dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 representa um compromisso firmado por líderes mundiais na abordagem de problemáticas em prol de um desenvolvimento sustentável. Muitas destas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao desenvolvimento em países de baixa renda (DJONÚ et al., 2018).

Embora as intervenções de combate a fome tenham sido promovidas em vários países da região latino-americana e caribenha (SABOURIN e GRISA, 2018; GRISA e NIEDERLE, 2019), dados recentes sugerem que a fome e a desnutrição ressurgiram em altas taxas de prevalência (FAO, 2018; 2021). Primeiro, a crise econômica e política levou a fortes aumentos de preços, afetando tanto os países importadores quanto os exportadores de alimentos.

A associação da fome com o acesso ou falta deste aos alimentos tem produzido importantes mudanças na discussão sobre o impacto do sistema econômico, tornando-se necessário compreender a probabilidade específica de promover à alimentação, ou seja, incluir-se a complexidade de obter um prato de comida na mesa. Essa relação à fome pode ser reconhecida, uma gama cada vez mais ampla de impactos interligados e bifurcados em doenças mais ou menos visíveis/óbvias, que levaram a diversos impactos na vida de pessoas que sofrem com o problema e seus efeitos sistêmicos.

A SITUAÇÃO DA FOME VIVENCIADA PELA AMÉRICA LATINA E PELO CARIBE

Os países pertencentes a América Latina e ao Caribe se diferem na questão geográfica, econômica, demográfica, social e política, assim como em termos de níveis e características intrínsecas de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Na perspectiva da implementação de ações de combate à fome existem razões que decorre de uma história comum e de evoluções com origem no Atlântico, as quais condicionaram estruturalmente a situação da população na Região latina e caribenha. Essas diferenças se refletiram na extensão da insegurança alimentar e nutricional, no progresso no desenvolvimento/implementação de políticas públicas e nos respectivos marcos legais, institucionais e orçamentários para promover e garantir o direito à alimentação (SARMENTO, 2008; PINTO, 2011).

Entre os 17 países da América Latina que participaram em 2015, da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e Caribe (FPH-ALC), realizada em Lima/Peru. De acordo com os dados da *Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional* (PSAN), pertencente à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) um número de 12 países contavam com

políticas públicas voltadas a segurança e a soberania alimentar. Deste público, havia cinco países que possuíam leis específicas para segurança alimentar, em 2003 a Argentina foi o primeiro país; em 2006 foi o Brasil; Venezuela, em 2008; Equador, em 2009; e Bolívia, em 2013, a adotar tal política. Os países que assumiram o direito à alimentação de forma constitucional, direta e aplicável a toda a população foram Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Suriname. Aqueles países que aceitaram o direito à alimentação de um determinado grupo específico foram Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Dentre quais, os países que atenderam com políticas públicas tanto à população em geral, quanto a grupos específicos acreditavam que alguns grupos vulneráveis precisam de suas próprias políticas de proteção, além daquelas oferecidas à população em geral.

Segundo Vivero e Almeida Filho (2010), a América do Sul apresentou os melhores resultados na meta de combate à fome na América Latina e no Caribe. Seu histórico de sucesso permitiu, que essa meta reduzisse pela metade o número total de pessoas sofrendo com as consequências da fome. O combate à fome na agenda política da América Latina e do Caribe foi resultado de diferentes forças, coordenadas ou não, que trabalharam na mesma direção, contando com a organização social. Existem cientistas, agências internacionais e organizações políticas que contribuem para manter a fome no centro da política social e até reforçam uma abordagem alternativa que leva em conta a soberania alimentar e a coesão social.

O fato de os países ignorarem o problema da fome, Peters (1998) instou as pessoas a atentarem para as restrições impostas em diferentes momentos da história e os obstáculos enfrentados pelo país à governança, o que se torna uma contribuição desfavorável para o combate à fome. Nisso, Sen (1981) enfatiza que a fome está relacionada às operações econômicas e, mais importante, ações políticas e socialmente prescritas que afetam o potencial do indivíduo para obter alimentos.

Por muito tempo, a fome foi considerada tabu pela grande maioria dos governantes de toda história mundial (ANDRADE, 1997). Essa negação do governo permitiu que a fome se tornasse um problema de ordem social, de modo invisível e silencioso, a qual se disseminou pelos países. Por sua persistência como um fenômeno estrutural, se tornou possível compreender o desequilíbrio dinâmico

do desenvolvimento em regiões, onde a situação de bem-estar social dos países latino-americanos é gravemente assimétrica.

Para compreender o que representa, as dimensões nas questões políticas e construir assim relações sobre a fome, é preciso reportar a autores que tem desenvolvido trabalhos nessa área. No caso de Tubino, (2003), ele se referiu a fome crônica como um obstáculo ao alívio da pobreza, porque ela pode levar a ciclos de doenças, inadequado desenvolvimento físico e mental que pode repercutir num baixo desempenho escolar, ineficiência no trabalho e pobreza dos indivíduos. O autor também cita as consequências nocivas da alimentação insuficiente, principalmente para gestantes e crianças menores de seis anos.

Sobre essa lógica, Graziano da Silva (2003), aponta que uma criança com fome pode até ir à escola, mas não consegue aprender, e a situação é mais grave na primeira infância. No caso de uma criança, ao não receber os nutrientes adequados até os seis anos, sua capacidade de aprender ficará prejudicada pelo resto de sua vida, além disso, as mães com vulnerabilidade alimentar não conseguem amamentar os bebês. O mesmo autor analisa a fome como o aspecto mais cruel da desigualdade e da pobreza. Suas pesquisas permitem mostrar que a dificuldade de obtenção de alimentos está ligada à renda insuficiente, que por sua vez está atrelada ao elevado nível de desemprego. O qual chama atenção para a relação que a fome possui e se reflete na dificuldade de obtenção de alimentos devido à insuficiência de renda. O mesmo acontece com os indivíduos que se deparam com essa situação e ficam impossibilitados de trabalhar.

Com a atual crise de acesso alimentação adequada, muitos países começaram a discutir o problema da fome pela primeira vez na história recente. Isso se deve ao aumento de questões de saúde pública relacionadas à desnutrição, bem como discussões sobre soberania alimentar, direitos alimentares, patrimônio cultural, mudanças climáticas, socio biodiversidade e saúde. Além disso, as discussões políticas se expandiram para incluir discussões sobre produção, políticas públicas e comportamento privado das instituições.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME

Dentre os diversos efeitos atribuídos ao conceito de fome, esse problema pode ser compreendido como manifestações físicas, quando acontece em caso mais grave, que está em torno da insegurança alimentar, que causa danos à saúde

e seu agravamento se torna potencialmente fatal as pessoas (BURITY *et al.*, 2010). Quanto às manifestações sociais da fome, Graziano da Silva (2003) descreveu como a face cruel da pobreza e da desigualdade social. Embora sejam conceitos completamente distantes, devido às razões estruturais da concentração alimentar, sua relação abrange não apenas a dificuldade de obtenção, mas também afeta o acesso, a produção e a distribuição aos alimentos. Para CEHAP (2006) a versão da fome como um verdadeiro problema político ou como fracasso do sistema governamental, deve ser revertida numa questão de política pública.

Uma característica importante da ação do Estado no combate à fome é que ela deve seguir os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada, isso se completa com a forte influência da implementação de políticas públicas. Além disso, Maluf (2007) se refere às questões relacionadas à produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos, como atributos dos objetivos das políticas públicas voltadas para o alcance da soberania e da segurança alimentar (SSA), essenciais para intervir na questão da fome na América Latina e no Caribe.

De acordo com Maluf e Reis (2005; 2013), as discussões sobre as políticas públicas de soberania e segurança alimentar da América Latina e do Caribe funcionam por meio da participação nacional, que representa uma população dependente das ações de cada governante, que atua individualmente em seu país. Essas intervenções podem dificultar a obtenção de alimentos por restrição de trabalho ou renda, interferindo na situação de escassez alimentar ou restringindo a alimentação das pessoas. Esse problema atinge indivíduos que pertencem a um nível social ou de renda inferior, ou ainda, grupos sociais específicos, como: mulheres, crianças, idosos, índios e negros. Ainda coexistem os aspectos de disponibilidade e manutenção do modelo de produção de cada região.

As políticas públicas devem criar condições para estabelecer um diálogo entre os atores e o bem comum da sociedade. Conforme Vivero Pol (2016) a soberania alimentar também afirma que, ao contrário dos vínculos relacionados ao comércio e distribuição, os produtores de alimentos e os consumidores finais são os elementos centrais da cadeia alimentar agrícola. A prioridade deve ser dada ao mercado interno e aos produtores locais, para depois exportar e importar alimentos subsidiados por outros países.

A característica comum dessas políticas é combater a fome não apenas por meio de mecanismos que permitam aos grupos vulneráveis o acesso a alimentos mais baratos, mas também estimulando a oferta de produtos alimentícios baratos e de alta qualidade (GRIZA *et al.*, 2021).

Um conjunto adequado de políticas para a erradicação da fome está contido na chamada abordagem bilateral ou paralela. Por um lado, é preciso criar condições para que os famintos aumentem constantemente sua capacidade de ganhar o suficiente para comer. Ao mesmo tempo, a necessidade urgente de alimentos adequados e nutritivos deve ser consentida para todos que não atendem as necessidades básicas e passam fome. Se for fornecida apenas comida, ou apenas subsídios e transferências monetárias para comprar comida, então os famintos resolvem temporariamente os seus problemas, mas tornam-se dependentes do Estado e/ou doadores.

As pessoas não recuperam sua dignidade e valor como seres humanos, quando a fome se torna prolongada ou mal resolvida. Por isso, as representações públicas devem criar as condições adequadas, para que os mais vulneráveis possam desenvolver suas habilidades e ter acesso aos alimentos de que necessitam por meio de seus próprios esforços e atividades. Isso por si só garante a inclusão social e mudanças irreversíveis para pessoas vulneráveis que atualmente passam fome. Somente a capacitação efetiva das pessoas afetadas pode acabar com o flagelo da fome (MILLÁN SMITMANS, 2014).

Outra explicação para a falta de ações definitivas para erradicar a fome pode ser o relativo desconhecimento de autoridades e políticos sobre seus custos econômicos e sociais. Isso torna a fome parte integrante da realidade social e política do país, como afirmou o Papa Bento XVI na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar realizada em Roma em 16 de novembro de 2009. Este argumento pode ter feito sentido há 50 anos, mas inúmeros estudos estão em andamento sobre o impacto da fome em mulheres grávidas, crianças, trabalhadores, sociedade, crescimento econômico, paz social etc. (MILLÁN SMITMANS, 2014).

Ortega *et al.* (2007) descreve a evolução da fome na FAO até a erradicação ser registrada como um dos Objetivos do Milênio (ONU, 2000), talvez o tema de maior impacto político direto na região. Essa consequência reflete a ideia de que as sociedades modernas não podem (devem) viver em condições de extrema fome e pobreza e, portanto, devem buscar eliminá-las mediante políticas públicas. Desde então, foi apresentado em outras publicações da FAO e de outras organizações internacionais e tem sido tradicionalmente reconhecido como o caminho certo para combater à fome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação da fome passou por governantes que mal reconheceram a sua existência – apesar de sua prevalência como um problema por muitos anos –, para uma preocupação fundamental para os formuladores de políticas em todo o mundo nas últimas décadas. Os esforços para combater a fome centravam-se no fornecimento de cestas básicas e na oferta mensal de ajuda financeira aos necessitados. Com o passar do tempo, a conversa sobre a fome mudou para o objetivo mais amplo, como políticas públicas da segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o desenvolvimento de políticas de combate à fome se torna um processo complexo, dinâmico, influenciado por outras diferentes políticas que atuam em diversas áreas. Desta maneira, o efeito e o impacto dessas iniciativas seriam reduzidos sem o engajamento público voltado a combate à fome, também considerado como um dos maiores desafios políticos e sociais de nosso tempo. Ao mesmo tempo, Magalhães (2014) enfatiza que sem analisar a experiência em cada situação de intervenção, é difícil compreender a natureza e a complexidade das questões alimentares e nutricionais e avançar no desenho de novas estratégias políticas.

A relação entre prática e necessidades atendidas pelas políticas públicas de combate a fome podem ser compreendida a partir de duas perspectivas. Primeiro envolve encontrar seu significado econômico, político e ideológico, e a especificidade dessas relações em sociedades concretas, enquanto a segunda diz respeito à capacidade das práticas de modificarem condições específicas, ou seja, refere-se a discussões sobre suas características e efeitos de combate à fome, ao atender ou não às necessidades de populações específicas.

RECEBIDO em 18/08/2024
APROVADO em 14/11/2024

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N.; ORTEGA, J. Políticas de Segurança Alimentar Recentes na América Latina. IN: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. (Orgs.) **Segurança Alimentar, produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 55-80.

ANDRADE, M. C. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CÁTEDRA DE ESTUDIOS SOBRE HAMBRE Y POBREZA - CEHAP. **Seguridad Alimentaria y Políticas de lucha contra el Hambre**. Córdoba, España: Cátedra de Estudios sobre Hambre y Pobreza de la Universidad de Córdoba y Diputación, 2006.

CHONCHOL, J. **El desafío de la comida: el hambre em el mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

DJONÚ, P.; RABELO, L. S.; LIMA, P. V. P. S.; SOUTO, M. V. S.; SABADIA, J. A. B.; SUCUPIRA JUNIOR, P. R. G. Objetivos do desenvolvimento sustentável e condições de saúde em áreas de risco. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 1-20, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Impacts of Foreign Agricultural Investment on Developing Countries: Evidence from Case Studies**. Rome: FAO, 2014b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2010**. Santiago: FAO, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Saving Livelihoods Saves Lives**. Rome: FAO. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020** – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados. Santiago: FAO, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **World Food Summit**. Rome: FAO. 1996.

FOUILLEUX, E.; BRICAS, N.; ALPHA, A. Feeding 9 billion people: global food security debates and the production is ttrap. **Journal of European. Public Policy**, v. 24, n. 11, p. 1658-1677, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global**. Roma: FAO, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. O combate à fome no Brasil. *In*: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (orgs.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, J.; FAIGUENBAUM, S. **Estrategias de desarrollo, políticas públicas y seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe**. Santiago: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2008.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. Transferência, convergência e tradução de políticas públicas: a experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. **Dados**, v. 62, p. 1-37, 2019.

GRISA, C.; NIEDERLE, P.; GUÉNEAU, S.; LE COQ, J. F.; CRAVIOTTI, C.; BORRÁS, G.; RUIZ DIAZ, D. C.; ÁVILA-SÁNCHEZ, H.; FREGUIN-GRESH, S.; SCHEUER, J. M.; ALBARRACIN, J. Las políticas alimentarias y la politización de la alimentación: la experiencia latino-americana. *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 29-70.

HERRERA, A. O.; SCOLNIK, H. D.; CHICHILNISKY, G.; GALLOPÍN, G. C.; HARDOY, J. E. **Catástrofe o nueva sociedad: modelo mundial latino-americano**. Ottawa: CIID, ON, CA., 1977.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014.

MALETTA, H. E. **From Hunger to Food Security: A Conceptual History**. Lima: Universidad del Pacífico, 2014.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, R. S., REIS, M. C. Conceitos e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, C., BURLANDY, L., MAGALHÃES, R (Orgs). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, p. 15-42, 2013.

MALUF, R. S., REIS, M. C. **O conceito de SAN. Material didático preparado para o curso de conceitos e princípios de SAN: Projeto construindo capacidades em SAN**. Toronto: Centre for Studies in Food Security/RyersonUniversity; Rio de Janeiro, Ceresan/CPDA/UFRRJ, 2005.

MILLÁN SMITMANS, P. **Terminar com el hambre: seis políticas públicas claves**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2014.

ORTEGA, A. C.; VIAN, C. E. F.; COUTRO, E. P.; ALMEIDA FILHO, N.; BELIK, W. Segurança Alimentar: evolução conceitual e ação de políticas públicas na América Latina. In: ORTEGA, A. (org.). **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007.

PETERS, B. G. Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes, **Public Administration**, 76, p. 408-509, 1998.

PINTO, J. **Direito à alimentação e segurança alimentar nos países da CPLP: Diagnóstico Base**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2011.

SABOURIN, E.; GRISA, C. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe.** Porto Alegre: Escritos, 2018.

SANCHES, A.; BEDUSCHI, L. C.; SARAMAGO, A.; RAPALLO, R. O Fome Zero do Brasil e a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025. *In*: GRAZIANO DA SILVA, J. (org.). **Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global.** Roma: FAO, 2019. p. 44-57.

SARMENTO, F. **Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

SEN, A. K. **Poverty and famines: na essay on entitlement and deprivation.** Reino Unido: Oxford University Press, 1981.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **Documento Campanha em defesa das sementes da Via Campesina “Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade.** Via Campesina, 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>. Acesso em: 30 mai 2020.

TUBINO, J. A contribuição da FAO para combater à fome. *In*: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão social.** Brasília: UNESCO, 2003. p. 233-240.

VIVERO POL, J. L. V. **The Food Commons in Europe: Relevance. Challenges and Ideasto Feed Them,** 2016.

VIVERO POL, J. L.; ALMEIDA FILHO, N. A consolidação do combate à fome e do direito à alimentação nas agendas políticas da América Latina. *In*: RAMOS, P.; FILHO, N. A. (orgs.). **Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial.** Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 29-54.